

Criação de supervoto na Bolsa brasileira enfrenta oposição de estrangeiros trilionários

Instituição que representa investidores institucionais com US\$ 54 trilhões sob gestão diz que o chamado voto plural marginaliza direitos dos minoritários e diminui a prestação de contas aos acionistas

Mariana Durão, O Estado de S.Paulo
03 de novembro de 2020 | 16h42

Conteúdo Completo

^ FECHAR

> Criação de supervoto na Bolsa brasileira enfrenta oposição de estrangeiros trilionários

[Proposta de voto plural limita 'super ordinária' a empresas estreadas na Bolsa](#)

RIO - Driblando o princípio "uma ação, um voto", o mecanismo do **voto plural** - que cria uma super ação ordinária - é polêmico. Há cerca de um mês, a **Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec)** se posicionou contra a adoção do supervoto no **Brasil**, em carta enviada à **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)** e à **B3**, que estão à frente das discussões. Na semana passada, foi a vez de investidores estrangeiros manifestarem sua oposição a uma mudança legislativa nesse sentido no mercado brasileiro.

Representante de investidores institucionais com mais de **R\$ 700 bilhões de ativos** sob gestão, a Amec avalia que a estrutura de voto alavancado traz mais riscos que oportunidades para o mercado brasileiro. "Tal convicção deriva da segurança do equilíbrio entre poderes político e econômico, que se complementam e geram contrapesos importantes nas decisões empresariais diante de possíveis divergências inerentes aos negócios", diz na carta.

LEIA TAMBÉM



Top Picks: Após semana de alta volatilidade, corretoras adotam postura mais defensiva



A Amec se posicionou contra a adoção do supervoto no Brasil, em carta enviada à Comissão de Valores Mobiliários e à B3. Foto: Gabriela Biló/Estadão

A entidade sugeriu que, caso a proposta de voto plural avançasse, sua implementação viesse acompanhada de "robustas salvaguardas" para resguardar os direitos dos acionistas e a credibilidade do mercado de capitais brasileiro. As recentes alterações feitas na proposta da **Iniciativa do Mercado de Capitais (IMK)** contemplaram algumas delas, assim como ponderações de outros participantes.

No dia 26 de outubro, a **International Corporate Governance Network (ICGN)** enviou e-mail aos presidentes da CVM e da B3 se opondo ao projeto de lei. A instituição representa investidores institucionais com nada menos que US\$ 54 trilhões sob gestão e investimentos no mercado brasileiro. A ICGN diz considerar o voto plural problemático por marginalizar direitos dos investidores minoritários e diminuir a prestação de contas de administradores aos acionistas.

Para a entidade, em um momento no qual reguladores têm estimulado que investidores tenham um papel mais ativo no monitoramento da governança das companhias, a instituição de direitos de voto diferenciados teria o efeito de diluir a influência dos acionistas.

NOTÍCIAS RELACIONADAS

[Top Picks: Após semana de alta volatilidade, corretoras adotam postura mais defensiva](#)

[Companhias abertas temem avanço de ações e arbitragens coletivas de investidores](#)

[Top Picks: 'Incerteza' é a palavra que define o ano de 2021 para os bancos](#)

Tudo o que sabemos sobre:

CVM [Comissão de Valores Mobiliários]

B3 [Bolsa de Valores de São Paulo Bovespa BMF]

investimento financeiro

mercado de capitais